

# POLÍTICA PÚBLICA E INTERVENCIONISMO: PORQUE EXISTE O PARP EM MOÇAMBIQUE?

António Francisco<sup>1</sup>

*...aqui está o segredo de uma boa governação: conceber um plano que está para além dos meios disponíveis... (Couto 2003, p.70).*

*O PARP salva-nos do Estado Falhado mas não nos liberta do estado Falido (Francisco 2012).*

## INTRODUÇÃO

‘O PARPA e os Frankensteins’ – Este foi o título do editorial da edição 760 do *Metical*, jornal-fax do jornalista Carlos Cardoso (2000b, p.6), ao reportar a divulgação pública de alguns indicadores do primeiro Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) 2000-2004, do Governo de Moçambique (GdM) (MPF 2000). No seu breve editorial, Cardoso colocou em paralelo as expectativas do Governo Moçambicano, sobre a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para o quinquénio 2000-2004, e as estimativas alternativas do Banco Mundial (BM). Um crescimento anual na ordem dos 7% a 9%, noticiou Cardoso, resultaria num crescimento real do PIB *per capita* da ordem dos 5%; mas como defendeu o BM, na mesma altura, durante um encontro consultivo realizado em Paris, realisticamente a economia moçambicana podia esperar atingir apenas uma taxa de crescimento anual de 5% a 7%, durante os anos seguintes:

...e isso não chega. O Banco Mundial argumenta que Moçambique precisa de crescer pelo menos a uma média anual de 10% para que haja algum impacto sensível ao nível do PIB *per capita*; caso contrário, só daqui a 100 anos os moçambicanos terão os mesmos rendimentos que hoje têm os mexicanos ou os mauricianos (Cardoso 2000b, p.6).

<sup>1</sup> O autor agradece os comentários e sugestões de L. de Brito, J. Mosca, G. Sugahara, I. Fernandes, Y. Ibraimo, A.S. Ganho e E. Macamo.

Entretanto, aproveitando a visita, para breve a Moçambique, de uma missão de avaliação do BM, Cardoso considerou aquele momento propício para virar, para dentro do próprio BM, a recomendação dos 10% como fasquia mínima de sustentabilidade do crescimento:

Ou seja, enquanto o Banco Mundial tiver como padrões de ‘apoio’ a Moçambique frankens-teins como o ROCS, é óbvio que uma das principais fontes de financiamento da economia – os créditos concessionais do Banco Mundial – não vai gerar PIB cá dentro mas sim endividamento externo (Cardoso 2000b, p.6).

Num outro artigo da mesma edição do *Metical*, Cardoso (Cardoso 2000a, pp.2–3) noticia o apoio do FMI ao pedido de financiamento de 500 milhões de USD, para o período 2000–2001; a garantia do BM de que entre os doadores havia disponibilidade para subsídios fiscais, pois ninguém esperava que Moçambique pudesse, a curto prazo, ter uma base tributária capaz de sustentar toda a despesa pública; recomendou o alargamento da base tributária para se ir substituindo a dependência relativamente aos donativos externos; garantiu a sua adesão a uma política pró-agricultura com uma duração mínima de dez anos; insistiu em que houvesse um ‘esclarecimento’ definitivo quanto à questão da propriedade da terra; sugeriu ao governo uma política de contratação de estrangeiros menos apertada e uma política laboral mais liberal que facilitasse o despedimento; insistiu na entrada do sector privado nos sectores de telecomunicações e de transporte de energia, e na desobstrução fiscal do comércio; e reiterou a sua proposta de que o Estado se encare cada vez mais apenas como facilitador e não como fornecedor de serviços.

Esta notícia e, em particular, a síntese das prioridades dos parceiros internacionais do Governo Moçambicano, para estimular o crescimento da economia de Moçambique, continua grosso modo válida nos dias de hoje. Segundo os dados disponibilizados pelo GdM e o FMI/BM, ao longo da primeira década do corrente Século XXI, os níveis de crescimento económico oscilaram entre as expectativas do primeiro e estimativas dos últimos, mas nunca chegou a colocar-se na fasquia de crescimento prolongado (pelo menos 10% ao ano), considerada pelo BM o mínimo indispensável para que se observe um impacto sensível na melhoria do padrão de vida dos moçambicanos.

Este longo destaque à notícia de Cardoso, no seu pioneiro jornal-fax, ilustra a importância conferida pelos doadores internacionais ao novo mecanismo de ajuda internacional a Moçambique, o chamado ‘Poverty Reduction Strategy Paper’ (PRSP),

o qual introduzia, como principal novidade, a insistência em que o Governo Moçambicano envolvesse o máximo possível a sociedade civil na sua elaboração. A existência de um PRSP foi, na altura, a condição *sine qua non* para Moçambique beneficiar do HIPC2 – o segundo alívio da dívida de Moçambique, como parte da iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) (Cardoso 2000a, p.2; MF 2008; IMF 1999b; IMF 2000; IMF 1999a).

No início da segunda década do século XXI, se Cardoso continuasse vivo e activo na sua investigação crítica e relevante, como se tornou sua marca profissional principal, tinha todos os motivos para voltar à sua metáfora dos “frankensteins” e afirmar a sua expectativa sobre o fraco impacto do PARP e seus subprodutos (por exemplo, o referido ROCS)<sup>2</sup> no estímulo à economia moçambicana. Na verdade, ao longo de mais de uma década, a política pública moçambicana mostrou-se capaz de criar diferentes tipos de criaturas, criadas ao abrigo do próprio PARP – criaturas, tal como o Monstro de Frankenstein na famosa novela com o mesmo nome, escrita por Mary Shelley e publicada, pela primeira vez, em 1818.<sup>3</sup> Assim, os gabinetes dos burocratas, políticos e governantes moçambicanos, em Maputo, e dos funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em Washington DC, converteram-se no verdadeiro “laboratório do Frankenstein” onde os PARPAs foram concebidos e produzidos.

Metáforas e ironias à parte, ao longo da última década, os PARPAs converteram-se no instrumento mais emblemático da política pública do Estado Moçambicano; não admira, por isso, que seja actualmente centro de atenções de analistas políticos e investigadores das ciências sociais. Neste contexto, para o livro *Desafios para Moçambique 2012*, os investigadores do IESE elegeram o Plano de Acção de Combate à Pobreza (PARP) 2011-2014, actualmente em vigor, como referência temática dos seus artigos individuais (GdM 2011a). Neste sentido, o autor deste texto, para além de contribuir com um artigo, em co-autoria, sobre os idosos em Moçambique (Sugahara & Francisco 2012), começou por identificar como tema a tratar a questão dos direitos de propriedade em Moçambique e, em particular, o papel atribuído pelo

<sup>2</sup> ROCS - “Costal Shipping Project” (ROCS): Projecto de dez anos, lançado pelo Governo de Moçambique (GOM), em 1991, visando melhorar a base de infra-estrutura de transportes da economia, o qual contou com o financiamento do Banco Mundial.

<sup>3</sup> O romance de Shelley conta a história de Victor Frankenstein, um estudante de Ciências Naturais que cria um monstro no seu laboratório; um monstro com aparência humana que acaba por destruir o seu criador. O romance conquistou imenso sucesso internacional, tendo inspirado todo um novo género de horror, com enorme influência na literatura e cultura popular ocidental.

PARP à propriedade na criação de riqueza, protecção social e redução da pobreza dos moçambicanos.

Realizar uma investigação sobre direitos de propriedade em Moçambique, começando por centrar a atenção num documento de política pública específico, como o PARP, tem vantagens e desvantagens. Vantagens, ao permitir focalizar a análise num instrumento específico de política pública; por sinal, um instrumento que é o produto, directa ou indirectamente, da conjugação dos principais actores e forças de influência nas relações políticas e sociais contemporâneas.

Todavia, a vantagem, atrás referida, contém em si riscos e desvantagens, quer analíticas quer metodológicas. Se os PARPAs/PARP se tornaram os documentos mais emblemáticos entre as políticas públicas do Governo Moçambicano, tal deve-se mais à função política que passou a desempenhar, no quadro das relações entre os actores nacionais e internacionais, nomeadamente as relações de interdependência com os parceiros de ajuda internacional financeira ao Estado Moçambicano. Apesar de ser da inteira responsabilidade do Governo de Moçambique (GdM), o PARP é partilhado com diversos actores nacionais, acabando por reflectir diferentes interesses, incluindo interesses não necessariamente pró-pobre. Por outro lado, o PARP é um instrumento-chave nas relações de interdependência entre o GdM e seus parceiros de ajuda financeira internacional, em conformidade com a natureza e dimensão da dependência externa do Estado Moçambicano.

Tendo beneficiado de amplo apoio de diversos especialistas políticos e técnicos, e sendo um texto relativamente bem escrito, comparativamente a muitos outros documentos oficiais, podemos ficar tranquilos que os deméritos do PARP não derivam principalmente de deficiências de forma, expressão linguística e redacção. Não sendo objectivo inicial deste trabalho fornecer uma reflexão exaustiva sobre as características e, sobretudo, principais carências de conteúdo estratégico, identificáveis nos PARPAs/PARP, o presente artigo começou por centrar-se numa questão particularmente relevante, em termos de políticas públicas supostamente comprometidas com o desenvolvimento económico progressivo, abrangente e inclusivo: a questão da propriedade em Moçambique. Porém, cedo se tornou evidente que uma análise sistemática dos PARPAs, à luz da teoria moderna da propriedade, dificilmente poderia ser feita, sem que fosse precedida da clarificação de questões básicas sobre o próprio PARP; questões sobre conteúdo; outras, mais de ordem metodológica, e outras ainda, relacionadas com o contexto do exercício da política pública em Moçambique. Decorrente desta constatação, o autor

deste texto publicou recentemente o artigo intitulado, ‘Por que existe o PARP em Moçambique?’, cuja mensagem principal é resumida pela frase em epígrafe (Francisco 2012).

A necessidade de responder a interrogações tão elementares, como ‘Porque existe o PARP?’, é indicativa da falta de um debate sistemático e satisfatório sobre o contexto, os objectivos, o papel e a utilidade do PARP. Outras ilustrações são fornecidas nos artigos dos demais colaboradores, no livro a que se destina este artigo, sobre várias outras questões, mais ou menos elementares, mas igualmente merecedoras de reflexão sistemática (Castel-Branco 2012).

Este texto retoma o conteúdo do artigo do mesmo autor (Francisco 2012), beneficiando de alguns comentários, dúvidas e sugestões ao texto recentemente publicado. Exceptuando os comentários de alguns colegas do IESE, a versões anteriores ao artigo publicado (Francisco 2012), este texto ainda não pode prestar a devida atenção aos artigos dos demais colaboradores, no livro a que ele é destinado. Isto deveu-se unicamente à falta de oportunidade, em tempo útil, para apreciar os novos artigos, a fim de identificar o que existe neles de concordância e/ou divergência com o presente trabalho.

De qualquer forma, da ideia breve e ainda muito geral que já foi possível extrair dos temas dos artigos que integram o livro *Desafios para Moçambique 2012*, pelo menos um aspecto concordante e outro divergente parece possível identificar. O aspecto concordante e comum é o facto de todos os textos recorrerem ao pensamento crítico e profissional, tanto quanto possível, objectivo, positivo e assertivo. Isto é possível alcançar, com razoável sucesso, independentemente das diferenças de pontos de vista teóricos e políticos dos autores.

Quanto ao aspecto discordante, à semelhança do que já foi feito no artigo recentemente publicado (Francisco 2012), também este texto é motivado pela preocupação de se entender o PARP como parte integrante da lógica que aqui se designa por intervencionismo. Esta preocupação decorre do entendimento do autor da inutilidade da crítica pela crítica, com pretensões de objectividade e refúgio na auto-incerteza moral. Mais do que evitar a crítica pela crítica, afigura-se importante evitar tratar o PARP de forma fetichista; mesmo quando se critica o PARP, pelo que lhe falta ou pelo que possui indevidamente, corre-se o risco de o converter num fetiche, por exemplo, ao ignorar ou desconsiderar a importante distinção entre objectivos verdadeiros e objectivos declarados pelo PARP. Mais do que utilidade operacional, como é por exemplo a classificação de Castel-Branco (2012) sobre a consistência interna e consistência

externa do PARP, a distinção entre objectivos verdadeiros e objectivos tem um valor epistemológico.<sup>4</sup>

Este artigo tem como corpo principal o artigo publicado recentemente (Francisco 2012), sendo elaborado com três objectivos específicos. Primeiro, colocar a interrogação ‘Porque existe o PARP em Moçambique?’ no contexto mais geral do papel do intervencionismo na política pública em Moçambique. Segundo, o artigo distancia-se das críticas que insistem em apresentar o PARP, nuns casos, como uma resposta aos ‘Problemas dos outros’ (Macamo 2006, p.26); noutros casos, como a única, ou mesmo a melhor, alternativa ao intervencionismo público, alegadamente imposto a partir de Washington, é um ‘novo estado intervencionista’ *Made in Maputo*. Terceiro, o artigo mostra que as consequências da política intervencionista vão muito para além dos aspectos estritamente económicos, o que justifica que este artigo se encontre na parte relativa à sociedade, em vez da secção económica. As consequências sociais, políticas e demográficas do intervencionismo só podem ser adequadamente avaliadas quando se analisa e entendem os seus efeitos e implicações económicas.

Se queremos compreender o impacto específico de uma política pública; se queremos avaliar os méritos e os deméritos de planos de acção, ou como eles beneficiam ou prejudicam certos indivíduos ou grupos sociais, por exemplo, as pessoas consideradas mais pobres e desfavorecidas em determinado momento na sociedade, é preciso avaliar se, e em que medida, determinadas políticas influenciam (?) os resultados que os seus defensores imaginam. Em suma, a mensagem principal do artigo recentemente publicado pode ser resumida numa frase simples: “O PARP salva-nos do Estado Falhado, mas não nos liberta do Estado Falido”.

Em Moçambique, as políticas intervencionistas, implementadas quer no período socializante, quer no período de falência crónica do Estado Moçambicano, têm conduzido à servidão humana, na perspectiva hayekiana, fruto de profundas distorções do papel do Estado na economia nacional. Neste sentido, este trabalho encontra no pensamento económico e político da chamada Escola Austríaca ideias relevantes e capazes de oferecerem

---

<sup>4</sup> O autor agradece a Elísio Macamo pelas observações e sugestões, resultantes da sua primeira leitura ao artigo publicado no Semanário Canal de Moçambique. Reconhecendo a utilidade da distinção entre os objectivos verdadeiros e os objectivos declarados no PARP, Macamo sugeriu que igual atenção merecia ser dada a uma outra distinção também útil, nomeadamente entre os objectivos verdadeiros e declarados na perspectiva dos actores políticos (neste caso do Governo, dos doadores, entre outros) e os objectivos verdadeiros e declarados no PARPA(A) na perspectiva do analista. Algumas incoerências apontadas por Francisco (2012), adiantou Macamo, parecerem derivar da não distinção entre a posição do autor (como analista) e as outras posições que são objecto da sua análise.

caminhos alternativos aos propostos pelos vários intervencionismos disponíveis, tanto os de inspiração neoclássica e monetarista como os de inspiração marxista. Em Moçambique muito pouco está sendo feito para se converter a sua economia cronicamente falida, controlada e informalizada, numa economia livre, progressiva, viável e sustentável. Isto em si é animador, no sentido de que existe alternativa ao intervencionismo e opções de interdependência entre o Estado e a Economia diferentes das prevalentes.

## POLÍTICA PÚBLICA E INTERVENCIÓNISMO

Intervencionismo. Este é o termo que melhor exprime a característica mais marcante e comum nas doutrinas económicas contemporâneas influentes, defendidas por teóricos proeminentes, estadistas, governantes e líderes políticos internacionais (Kling & Schulz 2011; Easterly 2006; Krugman 2012; Sachs 2005; Stiglitz 2002; Todaro 2000).

Sabendo que o termo “intervencionismo” é usado com conotações diversas, é de toda a conveniência esclarecer o que se entende por “intervenção”. Assim, neste texto, entende-se por intervencionismo *o conjunto de normas restritivas impostas pelos órgãos governamentais, nacionais ou internacionais, e aos donos dos meios de produção e empresários, forçando-os a empregar os seus recursos produtivos e financeiros de uma forma diferente do que fariam se não estivessem sujeitos a tais normas restritivas* (Mises 2010a; Mises 2010b, p.21; Hoppe 2011; Oppenheimer 1908, pp.25–27).

O termo ‘restritivo’ pode suscitar estranheza ou dúvidas, como aconteceu com um dos leitores do artigo de Francisco (2012): se as normas forem a favor dos donos dos meios de produção, deixam de ser intervencionistas? Toda a intervenção governamental é considerada restritiva pelos liberais? Ou só é intervencionismo se o Estado age ou intervém para além do que está na Constituição? O neoliberalismo, ao defender o fraco papel regulador do mercado, tenta resgatar o liberalismo clássico? Nos programas de ajustamento estrutural, ou os PRESs (Programa de Reabilitação Económica) em Moçambique, questionavam-se os governos unicamente por serem considerados incompetentes e corruptos? A recente promoção da participação ou *ownership* é uma nova variante do neoliberalismo?

Tentar responder a estas questões aqui, entre muitas outras igualmente oportunas, implicaria alongar este texto, muito para além do âmbito e limites permitidos. Como isto não é possível, as interrogações enumeradas acima servem para assinalar o reconhecimento da sua pertinência, quer por reflectirem preocupações e abordagens

analíticas diferentes; quer porque em Moçambique, à semelhança do que acontece nas economias mais livres, nem todas as normas sociais são restritivas, no sentido aqui atribuído, como políticas de intervenção do governo ou seus parceiros internacionais na actividade económica nacional. O significado de ‘restritivo’, aqui usado, também se distingue de outras utilizações do termo, principalmente em domínios da política internacional. Sobre isto, já o economista liberal Ludwig von Mises (2010a, p.13) advertia para não se confundir o intervencionismo, no sentido de política de intervenção do Estado na actividade económica nacional, do tipo utilizações para designar a política internacional contraposta ao ‘isolacionismo’.

Não sendo possível alongar muito mais estas considerações sobre o intervencionismo, pelo menos é útil exemplificar o que o distingue de outras críticas, no papel da ajuda externa. Críticas, que sem dúvida, têm exposto importantes manifestações e mecanismos, característicos do intervencionismo do GdM e de seus parceiros internacionais, mas não são partilhados pelo autor deste texto, entre várias razões, porque apontam como alternativa um outro tipo de intervencionismo. A origem desta suposta alternativa pode ser traçada às críticas à ajuda externa e aos PARPAs, em particular, inspiradas numa perspectiva herdeira, em alguns casos, da perspectiva marxista-leninista e associadas, que representou a ortodoxia oficial do partido Frelimo e seus Governos na primeira década de independência.

Actualmente, em Moçambique, o intervencionismo de inspiração marxista apresenta-se frequentemente dissimulado num estadismo e colectivismo pragmático, beneficiando do ambiente intelectual e político saturado. Entre os críticos nesta linha, Joseph Hanlon tem-se destacado na literatura sobre desenvolvimento em Moçambique. A sua experiência jornalística permite-lhe escolher e usar evidências empíricas, principalmente anedóticas, bem armadilhadas e utilizadas na denúncia do que designa por neoliberalismo, definido por ele como “o apelo ao máximo uso das forças de mercado ao mesmo tempo que se limita drasticamente o papel do estado... um regresso ao ‘liberalismo’ do século XIX” (Hanlon 1997, p.25). No passado, o anti-liberalismo de Hanlon revelou-se obsessivamente irracional, como bem ilustra o título do seu livro, *Paz Sem Benefício* (Hanlon 1997). Um título, que na língua do autor, é mais expressivo e brutal do que na sua tradução em português: ‘Peace without profit’. Dificilmente um outro título espelharia tão bem o fundamentalismo impiedoso e trágico por detrás da ideia que a paz em Moçambique foi conseguida a preço muito baixo, sem lucro e de forma humilhante.

Não é possível referir vários outros exemplos, igualmente extremos, de uma crítica empenhada em retratar o capitalismo internacional como ‘coisa do diabo’; mas

um outro exemplo merece ser adicionado, nem que seja para evitar a impressão de que Hanlon é um caso isolado. Sérgio Vieira (2011), um dos poucos defensores do intervencionismo estatal que não esconde a sua convicção marxista-leninista, raramente perde a oportunidade de atacar, no seu estilo deselegante e vilipendiador, quem ouse defender a privatização da terra: ‘Regularmente, e alimentada pelos tenores de Bretton Woods, o maestro americano e algum coral de pobres de espírito moçambicano, tenta-se reabrir o debate da privatização da terra. A pobreza de espírito encobre a ganância em apossar-se de ...? e a servidão em relação ao estrangeiro’.

O destaque dado a Hanlon e Vieira de modo algum pretende sugerir que estes são os únicos, muito menos legítimos, representantes dos “novos” intervencionistas contemporâneos. De qualquer forma, eles são suficientemente representativos, no sentido de permitirem exemplificar o ponto sobre o intervencionismo alternativo de que, neste texto, se faz questão de distanciar. Hanlon, porque tem sido um bom porta-voz de um discurso vindo de fora, mas que se pretende passar por mais internalizado do que muitos dos discursos internos. Vieira, por ser, na opinião do autor deste texto, um espécime especial do intervencionismo fundamentalista do seu partido político, em diferentes momentos da sua gesta libertadora, segundo certas pessoas, mas para outros, uma gesta a caminho da servidão, no sentido hayekiano (Hayek 1990).

## PORQUE EXISTE O PARP EM MOÇAMBIQUE?

A resposta imediata à questão do título encontra-se no significado da própria sigla: Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP). Existe, todavia, uma resposta mais qualificada, ou seja, mais informativa e capaz de explicar a origem do PARP, seus méritos e deméritos, ou, por exemplo, porque é que os PARPAs/PARP (sobre as siglas, ver mais adiante) se converteram no instrumento mais emblemático entre as políticas públicas do Estado Moçambicano. Mais emblemático do que os instrumentos definidos na Constituição da República de Moçambique, como os principais meios de intervencionismo estatal na economia e no desenvolvimento social: o Plano Económico e Social (PES) e o Programa Quinquenal (Assembleia da República 2004). Mais emblemático ainda do que os mecanismos usados pelas entidades doadoras externas, particularmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), na monitoria do financiamento público que o Estado é incapaz de mobilizar da poupança interna.

Uma análise rigorosa de experiências passadas na aplicação de diversos modelos de intervencionismo público em Moçambique, tanto no passado remoto como na recente, justifica e exige a maior das precauções e cuidados no exame de qualquer novo intervencionismo, supostamente alternativo e diferente dos anteriores. Em contrapartida, as alternativas ao próprio intervencionismo público, seja ele externo ou interno, só marginal e isoladamente começaram a ser experimentadas em Moçambique. Este facto é, em si, muito animador e motivador para que se acredite que o futuro poderá ser muito melhor do que foi no passado.

## ORIGEM E ANTECEDENTES DO PARP

O PARP é um instrumento de política pública do GdM. Inspira-se nos ‘Documentos Estratégicos para a Redução da Pobreza’ (Poverty Reduction Strategy Papers-PRSPs), concebidos e adoptados pelo FMI e Banco Mundial (BM) em 1999 como ‘uma nova estratégia para nortear a sua assistência aos países de baixa renda’ (Ames *et al.* 2002; IMF 2003, p.3).

Em Moçambique, o GdM optou por um Plano em vez de Estratégia. Desconhecem-se as razões desta decisão, mas existem duas hipóteses plausíveis: as estratégias de desenvolvimento são definidas noutros espaços decisórios; no contexto dos PRSPs, o PARP é apenas um documento anexo. Em 1999/2000 surgiu o primeiro Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), previsto a cobrir o período 2000-2004, mas acabou por vigorar apenas em 2000 (CdM 1999; L. D. Diogo & Maleiane 2000; IMF 2000; MPF 2000). O PARPA 2001-2005, também conhecido por PARPA I, como se o inicial tivesse sido um PARPA-0, foi aprovado em Abril de 2001 (GdM 2001); o PARPA 2006-2009, também conhecido por PARPA II, estendeu-se até 2010 (GdM 2006); e o PARP 2011-2014 foi aprovado pelo GdM, na 15ª sessão ordinária do Conselho de Ministros (CdM), de 3 de Maio de 2011, e pelo Conselho de Administração do FMI, a 17 de Junho de 2011 (IMF 2011b; GdM 2011b). A referência às datas de aprovação do actual PARP visa chamar atenção para um pormenor, frequentemente descuidado (o PARP não contém qualquer referência à sua vinculação com os PRSPs), que os PARPAs só são válidos como documentos programáticos se forem aprovados simultaneamente pelas partes que o subscrevem: GdM e FMI.

## SOBRE O EMPOBRECIMENTO DA DEFINIÇÃO DE POBREZA

O actual PARP em nenhum momento explica os motivos da substituição do documento da anterior designação e respectiva sigla, PARPA. Aparentemente, tirar a palavra ‘absoluta’ é um detalhe menor, mas, neste caso, denuncia uma opção analítica empobrecedora.

Presumivelmente, a intenção dos autores era de serem mais consistentes com a abordagem da pobreza como um fenómeno multidimensional. O questionamento da anterior definição de pobreza foi registado no PARPA 2006-2009, aparentemente para evitar que as políticas públicas ficassem reféns da excessiva focalização na falta de rendimentos (dinheiro ou espécie) necessários para a satisfação das necessidades básicas. Considerou-se, com razão e bem, que o monetarismo não cobria todas as vertentes da pobreza; mas a opção escolhida foi simplesmente infeliz. Surpreendentemente, uma definição operacional com o mérito de ser específica, concreta, mensurável e útil (mesmo se criticável, de vários pontos de vista) degenerou num alargamento sem limites e na seguinte definição de pobreza:

Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades, de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade (GdM 2011b, p.5).

O limitado espaço reservado a este texto apenas permite adiantar, sem elaboração, alguns pontos adicionais sobre a actual definição de pobreza. Primeiro, ela sugere que as palavras passaram a escolher os significados, e não o contrário. ‘... [A]largando o conceito para abarcar aspectos como falta de acesso à educação, saúde, água e saneamento... isolamento, exclusão social, falta de poder, vulnerabilidade e outros’ MPD (2006, p.8), o conceito de pobreza enveredou pela imprecisão e inutilidade para efeitos de medição. Segundo, como se não houvesse melhor maneira de tornar a natureza multidimensional da pobreza inteligível, os autores parecem distanciar-se do sentido monetarista, livrando-se da palavra ‘absoluta’. Porém, não só a abordagem monetarista como também a teoria neoclássica encontra-se distribuída, ao longo do texto, misturada com outras ideias peregrinas. Terceiro, a nova definição de pobreza perdeu os atributos elementares de uma definição operacional: ser específica, concreta, mensurável e útil, para que desempenhe um papel orientador e estruturante de análises e métodos aplicáveis em circunstâncias específicas.

Quem queira fazer uso do conceito e abordagem de pobreza do PARP deve tomar como adquirida a ideia de que a pobreza é um fenómeno multidimensional;

mas se quiser ir mais além do óbvio, terá primeiro de assegurar que os significados voltem a escolher as palavras, em vez do contrário. Em seguida, deve escolher o seu próprio quadro analítico, para então dar conteúdo e sentido à multidimensionalidade da pobreza.

## PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PARP: DECLARADOS E VERDADEIROS

Numa leitura rápida, típica do senso comum, facilmente se confunde e se toma o objectivo declarado pelo verdadeiro objectivo. Tal confusão é, na verdade, motivo de muitos equívocos e mal-entendidos, entre governantes, técnicos, analistas e avaliadores das políticas públicas. Por isso, justifica-se explicitar a diferença entre estes dois conceitos operacionais: **verdadeiros objectivos** – o móbil e a razão de sua existência; e **objectivos declarados** – aqueles que, apesar de explicitados no documento, servem de meio ou veículo para a realização dos verdadeiros objectivos do Governo de Moçambique (GdM).

## OBJECTIVOS DECLARADOS DO PARP

O PARPA 2006-2009 define, no seu primeiro parágrafo, ter ‘(...) em vista alcançar o objectivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009’. Ter “em vista alcançar” alguma coisa pressupõe, em termos práticos, objectivos concretos e imediatos. No PARP, enquanto os verdadeiros objectivos se encontram principalmente fora ou à margem do próprio documento, os objectivos definidos surgem no documento como veículos para a prossecução do seu principal e verdadeiro objectivo.

O documento do PARP está estruturado em várias categorias: declarações introdutórias (crescimento económico inclusivo e orientação estratégica); desafios (na agricultura e pescas; no emprego e sector privado; desenvolvimento humano e social, governação, política macroeconómica e gestão de finanças públicas); objectivos gerais (4+2); orçamentação programática (envelope de recursos e sua afectação estratégica), monitoria e avaliação. Para surpresa dos menos informados, que porventura tentem verificar a consistência entre os objectivos, metas e programas declarados, de um lado, e os recursos orçamentais, do outro, descobre-se que o envelope de recursos está vazio

no PARP. Os PES/OE são aprovados pelo Parlamento, geridos e monitorados pelo MF, em coordenação com o Banco de Moçambique, FMI e outras entidades, sem qualquer ligação ao PARP, a não ser informalmente.

Basta citar um, entre vários estudos. Da análise sistemática da relação entre os PES/OE e os PARPAs, realizada por Hodges e Tibana (2005; Francisco 2005c), uma imagem clara emerge: estes dois instrumentos existem como duas linhas paralelas que nunca se encontram, em todo o processo de elaboração, implementação e monitoria. ‘A preparação do PES baseia-se numa metodologia desenvolvida em 1998, antes da adopção do PARPA e da maioria dos planos estratégicos sectoriais’, escreveram Hodges e Tibana (2005, p.66), acrescentando:

Consequentemente, o PES ainda não se tornou realmente um instrumento eficaz para a implementação e monitorização anuais do PARPA, contrariamente às intenções declaradas no próprio documento do PARPA, no qual o PES e o seu balanço são os instrumentos indicados para desempenhar esse papel (Hodges & Tibana 2005, p.66).

Os autores adiantaram que o então Ministério do Plano e Finanças (MPF) tinha começado a dar passos iniciais para corrigir estas fraquezas, assumindo um compromisso com os doadores do apoio orçamental geral, para elaborar uma matriz de indicadores e metas derivados do PARPA (Quadro de Avaliação do Desempenho, ou PAF, em inglês, Performance Assessment Framework), a ser incorporado nos PESs (Hodges & Tibana 2005, p.67).

De facto, os PAFs converteram-se num novo exercício burocrático que só não merece ser considerado inútil, porque pelo menos ajuda a justificar o salário de vários técnicos do GdM e de agências internacionais. O certo é que o actual PARP não reflecte os passos do MPF, acima referidos. Contém um ‘Anexo 1’ com uma longa lista de “Objectivos” em que nenhum deles é orçamentado, muito menos harmonizado, com as rubricas do OE.

Estas aparentes contradições e falhas no documento do PARP não são inocentes, nem tão pouco mal-intencionadas. Elas podem ser entendidas assim que se reconhece a diferença e a complementaridade entre o que aqui se designa por verdadeiros objectivos e objectivos declarados. Na verdade, tal distinção ajuda também a responder a perguntas como a seguinte: Porque é que os frequentes incumprimentos dos principais objectivos definidos nos PARPAs nunca constituíram motivos suficientes para se acabar com eles, muito menos para questionar a continuidade da ajuda externa?

O recente incumprimento dos objectivos e metas aconteceu com o PARPA 2006-2009. Em vez de atingir, em 2009, a meta de 45% de incidência da pobreza

absoluta, ficou-se pelos 55%; um nível considerado estatisticamente igual ao de 2003, mas que não consegue esconder o agravamento da pobreza em várias províncias, principalmente a pobreza absoluta (cerca de mais de três milhões de pobres, número que pode variar usando, por exemplo, os índices reconhecidos internacionalmente (Francisco 2009; Francisco 2010c).

Para não variar, os incumprimentos anteriores em nada inibiram os autores do actual PARP em declararem objectivos ainda mais ambiciosos: ‘...O PARP 2011-2014 tem como meta principal reduzir o índice de incidência da *pobreza alimentar* dos actuais 54.7% para 42% em 2014’ (GdM 2011b, p.5) (sublinhado adicionado). O conceito sublinhado visa assinalar uma incoerência surpreendente. Nos PARPAs o objectivo global, expresso no índice de incidência da pobreza absoluta, correspondia a um *quantum* de ‘condições mínimas necessárias’ (relativo a uma linha de pobreza – um certo rendimento e/ou consumo). No actual PARP, inesperadamente, o objectivo global surge focalizado na ‘pobreza alimentar’, excluindo da medida de incidência da pobreza absoluta a componente de ‘pobreza não-alimentar’. Enfim, mais uma inconsistência analítica, mas que não perturba a lógica geral, na qual a desinibição dos autores faz o maior sentido: incentiva o optimismo entusiasta e militante, por um lado, e desincentiva o optimismo realista, por outro. Isto é bem captado na citação em epígrafe.<sup>5</sup>

## PRIMEIRO OBJECTIVO VERDADEIRO DO PARP: MOBILIZAR RECURSOS

Quais são, então, os verdadeiros objectivos do PARP? O primeiro, já acima referido como o mais importante, é o seguinte: *mobilizar recursos financeiros externos, garantindo a estabilidade política e macroeconómica da economia formal de Moçambique*. É possível discutir se o impacto da realização deste objectivo, com reconhecido sucesso, se resume ao ponto destacado por Francisco (2010a): evitar que o Estado Falido em Moçambique degenera numa espécie de Estado Falhado, similar ou diferente, dos Estados Falhados na Somália e Guiné-Bissau (curiosamente, os recentes acontecimentos neste País parecem indicar que o Estado Falhado é mais o oficial do que o extra-legal).

Porém, quando as pessoas são confrontadas com episódios, isolados e temporários, como os recentes tumultos populares em Maputo (Fevereiro 2008 e Setembro 2010), os consensos aumentam espantosamente, independentemente das diferenças

<sup>5</sup> A generalidade dos trabalhos dos outros colaboradores no livro *Desafios para Moçambique 2012* centram a sua atenção nos objectivos declarados (Castel-Branco 2012; Castel-Branco & Mandlate 2012; Castel-Branco & Ossemane 2012; Ibraimo 2012; Muianga 2012; Woodhouse 2012).

ideológicas e políticas. Face ao risco dos episódios trágicos temporários se generalizarem e prolongarem, nem os mais avessos aos PARPAs deixam de apreciar o seu papel crucial na mobilização dos recursos financeiros externos, indispensáveis para garantir uma paz e estabilidade relativa; ou seja, apreciam e reconhecem que o PARP não resolve apenas os ‘Problemas dos outros’ (Macamo 2006, pp.26–27).

Em geral, este objectivo vinha sendo implementado com sucesso, através dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) do FMI; ou, no caso de Moçambique, dos chamados Programas de Reabilitação Económica e Social (PRES), implementados nas décadas de 80 e 90. O primeiro grande objectivo não seria, por si só, suficiente para justificar a substituição dos PAEs. Existe, para tal, um segundo objectivo verdadeiro, igualmente importante na justificação da existência do PARP.

## SEGUNDO OBJECTIVO VERDADEIRO DO PARO: LEGITIMAR A AJUDA INTERNACIONAL

Para além de dar continuidade à função de mobilização dos recursos financeiros, como deixaram claro o FMI e o BM, em 1999, os PRSPs foram motivados por um novo contexto, observado no final do século XX. As dívidas públicas acumuladas por vários Estados muito endividados tinham atingido níveis insustentáveis. Por exemplo, em 1998, o *stock* nominal da dívida pública moçambicana representava 153% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 13 vezes mais do que as receitas do Estado e 25 vezes as exportações de 1998. Para continuar a fazer face ao serviço da dívida, o GdM precisaria de 43% das exportações, 23,5% das receitas do Estado e 2,7% do PIB de 1998 (MF 2008, p.3).

Esta situação forçou os credores internacionais a optarem pelo reescalonamento, ou mesmo cancelamento, parcial ou total, de um conjunto de dívidas públicas, incluindo a de Moçambique. Neste contexto, é importante referir também a crítica e movimento internacional aos programas de ajustamento estrutural, e a favor do perdão da dívida. Isto acabou por convencer o FMI a reconhecer que o seu programa não estaria a ter os resultados desejados: ‘The IMF’s... (ESAF): Is It Working?’ (IMF 1999b).

Se a questão das dívidas públicas se resumisse a uma operação contabilística, de reescalonamento ou abatimento das dívidas, o FMI/BM não teriam inventado os PRSPs. Um instrumento inovador, segundo o FMI e avaliadores independentes, com uma nova estratégia de redução da pobreza, mas algo mais. A ajuda internacional

massiva passou a ser justificada em torno da ideia que iria também promover a participação e ‘apropriação’, ou adoptando a expressão em Inglês, por ser mais expressiva, *ownership*, por parte dos beneficiários dos recursos financeiros externos, (Goldsbrough *et al.* 2004; IMF 2011b), neste caso, os moçambicanos.

Adicionalmente, o FMI/BM passaram a exigir que os governos beneficiários da ajuda externa orientassem as suas políticas para a redução da pobreza. Tal como no passado, o GdM percebeu a intenção da mudança em perspectiva, concebendo os PARPAs como parte de um sistema de planificação nacional mais amplo, incluindo: orçamentação e cenarização fiscal de médio prazo (CFMP); operacionalização anual, através do PES e Orçamento de Estado (OE); instrumentos de criação de consensos na opinião pública, como a Agenda 2025 e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) (GdM 2011b, p.5).

A nível dos países doadores, o FMI/BM empenharam-se em mobilizar outros actores internacionais em torno dos PRSPs, considerados instrumentais na ligação entre as acções públicas nacionais. A Organização da Nações Unidas (ONU) aderiu imediatamente ao processo. No seu estilo característico, de entusiasta mobilizadora, a ONU lançou a Declaração do Milénio, fixando como meta a redução da pobreza mundial para metade, entre 1990 e 2015 (IMF 2011a; UN 2000). Outras organizações, e particularmente activistas individuais, não quiseram ficar atrás; saliente-se, por exemplo, o plano grandiloquente de Sachs (2005): acabar com a pobreza até ao ano 2025. Em Moçambique, numa das suas visitas, Sachs (2006) criticou as metas do PARPA: ‘...aumentar o acesso aos serviços de saúde em nove pontos percentuais... Isso não é meta – é rendição ... O PARPA II não é suficientemente ambicioso, e sabemos porquê’, afirmando: ‘O apoio da comunidade internacional não está lá’.

Perante aspirações destas, não admira que analistas inteligentes, como por exemplo Macamo (2006, p.26), suspeitem que objectivos tão para além da capacidade realista dos moçambicanos só podem visar resolver os ‘Problemas dos outros’. Segundo Macamo, o PARPA é um documento curioso, ao reclamar a sua fama com base na convicção de que se trata da solução dum problema que não é moçambicano. Porém, adianta Macamo (2006, pp.26–27): ‘... o PARPA formula um problema de doadores como se de um problema moçambicano se tratasse, ao qual dá uma solução também de doadores como se de uma solução moçambicana se tratasse...’. Afinal, qual é o problema dos doadores? ‘... o problema enfrentado pelos doadores de justificar o auxílio ao desenvolvimento, incluindo o perdão da dívida a países que resistem ao desenvolvimento’ (Macamo 2006, p.27).

Ironias à parte, uma década após o início dos PRSPs e em Moçambique os PARPAs, é improvável que Macamo, entre outros críticos, acreditem que o actual PARP se tenha convertido na solução orientadora dos moçambicanos, na resolução dos seus reais problemas económicos e sociais. O descrédito aumenta à medida em que os cidadãos percebem que os mecanismos de legitimação do PARP, pouco ou nada servem para ele merecer ser reconhecido como instrumento válido. Os chamados Observatórios da Pobreza, recentemente rebaptizados como Observatórios de Desenvolvimento, testemunham a inutilidade quer do PARP quer dos próprios Observatórios para a monitoria efectiva e profissional da aplicação dos recursos públicos (Castel-Branco 2011; Francisco & Matter 2007; Macamo 2006, pp.28–31).

Numa avaliação mais substantiva, na linha de Chomsky (2002, p.19), os PRSPs são vistos como ‘fabricação de consentimento’. Segundo Chomsky, “Os mecanismos da democracia tal como nós os aplicamos são claros: o país deve ser dirigido por cidadãos ‘responsáveis’, uma vanguarda – o que não deixa de lembrar o leninismo – os outros têm apenas de ficar sossegados” (Chomsky 2002, p.19).

Significa, assim, que o segundo grande objectivo e motivação dos PRSPs/PARPAs têm uma dupla natureza: 1) conseguir a indispensável legitimidade e consentimento da opinião pública, para a manutenção da ajuda internacional aos países subdesenvolvidos; e 2) garantir a reprodução dos meios políticos de aquisição de riqueza quer seja à custa dos meios económicos de produção e troca assentes na produtividade, quer pela conversão da ajuda externa em ‘recurso renovável’, um termo que será retomado mais adiante. Se o financiamento externo é fruto das contribuições fiscais dos contribuintes dos países das economias avançadas, em vez da poupança acumulada na economia nacional, ambas as partes precisam de encontrar a devida legitimação pública.

Neste âmbito, a crescente intervenção junto da população moçambicana, tanto do GdM como dos doadores e organizações não-governamentais, centram-se em actividades e serviços sociais afáveis, perante a opinião pública, como são as funções atribuídas ao sector público: escolas, saúde, infra-estruturas, financiamento central e distrital dos chamados ‘7 milhões’ (expressão popular do chamado ‘Orçamento de Investimento de Iniciativa Local – OIIL- (Sande 2011)) , subsídio ao transporte e consumo urbano, frequente manipulação das taxas de juros, entre outros. Em termos programáticos e técnicos, os PARPAs são dispensáveis e irrelevantes para a gestão e monitoria regular do FMI. Quem quiser perceber e explicar o papel intervencionista do governo e dos seus parceiros internacionais, em vez de desperdiçar o seu tempo olhando para a sua função ‘participativa’ e aparentemente empoderadora de

instrumentos como o PARP, terá que se concentrar na acção de monitoria técnica e profissional regular, quer do MF e Banco de Moçambique, quer do FMI/BM; uma acção muito mal espelhada nos websites dos PAFs e do MPD, mas relativamente bem compensada pelos websites do FMI e do BM.

## INTERVENCIONISMO VERSUS INTERVENCIONISMO(S)?

Num período em que os teóricos da política económica, governantes e líderes políticos, dos mais variados quadrantes ideológicos, se unem para enfrentarem a crise económico-financeira internacional, até os mais abnegados defensores da socialização generalizada dos meios de produção parecem concordar com a lógica do intervencionismo. Isto é, a lógica do sistema de normas restritivas impostas através dos meios políticos e que força os donos dos meios de produção e empresários a empregarem estes meios de uma forma diferente da que empregariam, se pudessem decidir livremente. Afinal de contas, se a propriedade privada se mostrou capaz de sobreviver ao escrutínio da história da humanidade, não admira que o sistema intervencionista encontre no mercado controlado e no planeamento centralizado, dirigista e burocrático, bem como no colectivismo socializante, os mecanismos políticos possíveis para imporem caminhos alternativos à via de aquisição da riqueza, através dos direitos de propriedade e do livre mercado.

O sociólogo alemão Franz Oppenheimer, no seu livro *O Estado* (1908, p.25), publicado há mais de cem anos, identificou duas formas fundamentalmente opostas de aquisição dos meios de satisfação dos nossos desejos e, mais genericamente, riqueza: trabalhar e roubar (Oppenheimer 1908, pp.24–27). Na verdade, considerando a experiência moçambicana, poderíamos acrescentar uma terceira forma – pedir – importante via de enriquecimento, por parte das elites moçambicanas contemporâneas.

À aquisição de riqueza por via da produção e da troca do trabalho próprio pelo equivalente do produto do trabalho alheio, Oppenheimer chamou-lhe de “meios económicos”. A segunda forma de aquisição de riqueza, em vez de recorrer à produtividade, recorre ao confirmo unilateral, incluindo o roubo da propriedade e a extorsão do produto alheio, através do uso da força e coação. A esta segunda forma, Oppenheimer chamou-lhe de “meios políticos”.

A terceira forma de aquisição de riqueza, aqui considerada por pedir (ajuda, doações ou esmola), recorre à dissimulação e persuasão pacífica, em vez de violência. Porém, a persuasão e dissimulação aplicam-se a quem se pede (ao doador), geralmente

em nome do povo e dos desfavorecidos, mas frequentemente após, decorrente ou no decurso de processos políticos violentos e destrutivos, do próprio Governo. É o caso de Moçambique, em que a ajuda internacional, solicitada pelo Estado Moçambicano ao longo das décadas passadas, assenta em sucessivas justificações: superação da herança colonial e da guerra civil;<sup>6</sup> crise internacional, calamidades naturais, termos de troca, entre outras justificações, usadas com maior ou menos cinismos, para sensibilizar e convencer os doadores a fornecer apoio financeiro praticamente a custo zero.

Uma ajuda externa que começou por ser mera emergência, em resposta à grave falência económica e financeira provocada pelo partido Frelimo e agravada pela guerra civil movida pela Renamo, converteu-se numa ajuda externa à correcção dos desequilíbrios de curto prazo na economia moçambicana (Abrahamsson & Nilsson 1997; Serra 2004; Pavia 2000); uma ajuda decorrente da adesão do Estado Moçambicano, em 1984, às Instituições de Bretton Woods e de acções políticas como o *Acordo de Nkomati* de 1984, entre o GdM e o Governo da África do Sul (Abrahamsson & Nilsson 1994; Francisco 2002; Francisco 2010b). Estendeu-se depois, até aos dias de hoje, numa assistência prolongada, através do que o MPF (2001, p.1) tem designado por instrumentos de ‘programação rolante e dinâmico’. Tendo em conta os recentes exercícios de cenarização da sustentabilidade da dívida, até ao ano 2030, o GdM e seus parceiros internacionais prepararam-se para viabilizarem a dívida externa moçambicana, em praticamente toda a primeira metade do século XXI (IMF 2011c; MF 2010).

A ajuda externa dura há mais de um quarto de século, mas se o GdM mantiver o ‘bom desempenho no cumprimento do seu programa de reformas’ (MF 2008, p.3), não será difícil estendê-la para além de 2030 (IMF 2011c; MF 2010). Neste contexto, o suposto mandato de ‘curto prazo’ do FMI (Castel-Branco 1999, p.2) está claramente transformado num curto prazo *ad aeternum*. Por imposição do FMI? Evidentemente que não. Afinal de contas, Moçambique apenas está a fazer uso do direito que aquele organismo governamental internacional, constituído por 187 governos membros de todo o Mundo, lhe confere; ou seja, pedir socorro e intervenção financeira e técnica ao FMI, como Banco Central dos Bancos Centrais, quando já não consegue lidar sozinho com erros irremediáveis que cometeu (Francisco, Ali & Ibraímo 2011, p.303; Kanitz 2002).

---

<sup>6</sup> Não admira, por isso, que a liderança da Frelimo recuse admitir que a guerra dos 16 anos, em Moçambique, tenha sido uma “guerra civil”. Reconhecê-lo implicaria aceitar parte da culpa por uma das guerras mais devastadoras em África, o que reduziria parte do efeito de vitimização conseguido pelo Governo Moçambicano junto da comunidade internacional.

Os estudos sobre a sustentabilidade da dívida, realizados pelo Ministério das Finanças (MF), com apoio do FMI/BM (IMF 2011c; MF 2010), surgiram pouco antes do mais recente entusiasmo em torno da nova expectativa dos potenciais dividendos muito lucrativos da exploração de recursos naturais (e.g., carvão, gás natural, entre outros). O tempo dirá quando é que os fundos financeiros resultantes das novas explorações de recursos naturais em Moçambique passarão a contribuir tanto ou mais do que a ajuda externa tem contribuído até aqui, para os recursos públicos do GdM. Ao longo das três décadas passadas, a ajuda externa converteu-se no que pode ser considerado o principal 'recurso renovável' da economia formal moçambicana. Um recurso que, por enquanto, continua muito mais competitivo e gerador de valor acrescentado para o Estado Moçambicano do que qualquer outro recurso natural ,presentemente em exploração no País.

Por isso, não se admira que o PARP continue por algum tempo mais, o instrumento mais emblemático entre as políticas públicas do Estado Moçambicano. De igual modo, não deve ser motivo de surpresa que, nos próximos anos, alguns governantes passem a comportar-se como se tivessem acabado de ganhar o maior Jackpot do Mundo. Apesar de ainda não terem recebido esse Jackpot, presentemente, a grande ansiedade de alguns governantes em se verem livres dos doadores tem aumentado, principalmente quando os mesmos se mostram menos complacentes e paternalistas do que no passado.

Será interessante observar, nos próximos anos, se as novas oportunidades proporcionadas pelos recursos financeiros irão, de facto, contribuir para a verdadeira libertação de Moçambique da ajuda externa. Não será fácil, mesmo que exista vontade. Não será fácil, porque não se trata de uma simples substituição dos detentores dos recursos financeiros - até aqui os recursos doados pela comunidade internacional, passando depois para os recursos obtidos, por exemplo, por via da fiscalidade ou da chamada 'responsabilidade social' das empresas que explorem os recursos naturais. Muito mais difícil será, certamente, libertar a Função Pública, serviços administrativos públicos, sectores sociais e até mesmo as organizações da sociedade civil (ONGs), que ao longo de um quarto de século, se tornaram viciados ou *addicted* (na expressão inglesa), ao dinheiro 'fácil' da ajuda externa (Castel-Branco 2011, p.23; Macamo 2006; Shleifer 2009, p.387).

Será um erro grave subestimar-se a profunda e prolongada ajudado-dependência em que o Estado, a economia e a sociedade civil, principalmente formais, vivem mergulhados. Parte significativa dos moçambicanos, principalmente a parte com

maiores ligações, experiência e habilitações em sectores modernos, tornou-se ‘ajudo-dependente’ – isto é, uma espécie de toxicodependente, em termos institucionais (de infra-estruturas e funcionamento corrente) e psicológicos, de uma ajuda convertida em droga ou substância tóxica. Grande parte da ajuda externa recebida, nos anos passados, tornou-se tóxica, corrosiva e debilitadora do tecido produtivo e social da sociedade moçambicana (Moyo 2010; Shikwati 2005; Shleifer 2009).

Só por ingenuidade, ou pior ainda, desonestidade consciente, poderá alguém defender que Moçambique se libertará facilmente da ajuda externa, assim que o Estado Moçambicano encontre fontes alternativas para substituir os recursos financeiros até aqui provenientes dos doadores. Sim, libertar-se de um doador e substituí-lo por outro é relativamente fácil. Os dirigentes políticos do partido no poder aprenderam a fazê-lo, ao longo das décadas passadas; a maior aprendizagem talvez tenha sido a que envolveu a mudança da ajuda do bloco socialista, para a ajuda dos doadores das economias capitalistas, sejam nórdicos ou norte-americanos. Na última década, os governantes também souberam escolher e trocar de doadores, por diversas razões, incluindo vantagens ou mesmo caprichos de ambas as partes. Contudo, assumir que este longo processo de ajuda externa possa ser facilmente substituído assim que se disponha de uma acumulação financeira interna significativa, por enquanto não passa de mera conversa de ajudo-dependente. Conversa idêntica à de um toxicodependente que acabe de ganhar um *jackpot*, e por alguns momentos, acredita que irá ter juízo e curar-se facilmente da droga de que depende; porque a sua dependência é crónica e profunda. Em vez de se curar, o que de seguida faz é substituir uma droga mais barata e leve, por outra mais cara e forte.

Muito provavelmente a questão da ‘ajudo-dependência’ será escamoteada pelos líderes políticos e governantes; tal como têm escamoteado, enquanto é conveniente, as crises internas e internacionais, ou todas as advertências relacionadas, por exemplo, com a polémica sobre a ‘maldição’ dos recursos naturais, em vários países africanos e não só. Isto não acontece somente com os políticos e governantes. Estes têm o apoio de diversos intelectuais, como tem acontecido em reacção aos autores que questionam os benefícios da ajuda externa. Alguns dos exemplos mais recentemente foram as reacções às fortes críticas da economista zambiana Dambisa Moyo (2010), no seu livro “Ajuda de Morte” (Dead Aid); e do economista queniano James Shikwati (2005) – ‘Pelo amor de Deus, por favor parem a ajuda!’. Estes, entre vários outros autores, têm apresentado evidências empíricas concretas, sobre a forma como a ajuda alimentar e humanitária a África tem vindo a ‘matar’ a possibilidade deste rico continente evoluir

por si só e afirmar-se na economia mundial, com base nas suas próprias riquezas. Em contrapartida, aparece sempre alguém, preferivelmente uma opinião com autoridade internacional, a dizer: ‘não é bem assim’; as evidências são caóticas e fracas; e cortar a ajuda não seria a melhor resposta (Collier 2009).

Ironicamente, as recentes denúncias dos problemáticos impactos da ajuda externa, no continente africano em geral, apenas dão razão às críticas liberais, desde a década de 1950 e ao longo do século XX, com destaque para o economista Peter Bauer (1993; Bauer & Basil Yamey 1982). Enquanto vários países recém-independentes aderiam ao planeamento centralizado socialista, Bauer (1915-2002) e outros autores liberais remavam contra a crença numa riqueza estática e numa economia vista como um jogo de soma zero, onde para um ganhar o outro tem que perder; contra o uso e abusos do discurso marxista-leninista (e não só) sobre a exploração, muito conveniente para os governantes dos países pobres, interessados em encobrir a sua apetência para o centralismo, dirigismo e ditadura estatal, nuns casos como ‘ditadura do proletariado’, noutros como ‘nacionalismo africano’. Porém, no início do século XXI, muitas das teses de Bauer são crescentemente aceites, representando ‘uma vitória da persistência e da coerência de pensamento, e um incentivo para quem equaciona ideias impopulares, mas correctas’ (Fonseca 2006).

Ler e usar o PARP pode tornar-se numa experiência intelectual penosa, frustrante e desorientadora, mas não é obrigatório que assim seja. Penoso não porque o texto esteja mal redigido; comparado com muitos outros documentos oficiais, o texto do PARP é fluente e de fácil leitura. O que o torna penoso é a sua enorme pobreza analítica, como foi ilustrado com o exemplo da definição oficial de pobreza. Frustrante porque, apesar do visível esforço dos autores em parecerem optimistas, a sua incapacidade é notória ao proporem políticas públicas que, no fundo, pouco mais conseguem, a não ser evitar o Estado Falhado. Os PARPAs, incluindo este PARP, são documentos frustrantes relativamente a qualquer expectativa de Moçambique se libertar do Estado Falido. Desorientador, porque grande parte das críticas à ajuda externa, e particularmente ao PARP, deixa os leitores sem directrizes analíticas e morais, nem opções práticas construtivas e efectivas.

Na verdade, a experiência mais positiva desta reflexão reside no esforço que exigiu ao autor deste texto em discernir e distanciar-se de críticas, igualmente frontais e incomplacentes, mas substancialmente diferentes da abordagem aqui defendida. Críticas que insistem em considerar o PARP como mera resposta aos ‘Problemas dos outros’. Mas no final, qual é a sua proposta alternativa? Substituir-se o intervencionis-

mo público, por ser alegadamente *Made in Washington*, por um novo intervencionista público *Made in Maputo*.

## LIÇÕES E IMPLICAÇÕES

Que lições e implicações a extrair do argumento apresentado neste texto? Que lições alternativas ao argumento, em particular, segundo o qual a melhor alternativa ao intervencionismo estatal e externo, a partir de Washington, um outro e mais intervencionismo *Made in Maputo*? É provável que esta última interrogação suscite dúvidas, como já aconteceu, com um dos comentadores que leu uma versão anterior deste texto. Não é possível fundamentar aqui o argumento sobre a natureza intervencionista de muitas das acções propostas pelos Estados que financiam e integram as instituições financeiras internacionais; principalmente no caso específico do FMI, um organismo governamental (ou seja, diferente do habitual termo ‘multilateral’ para distinguir de ‘bilateral’), regido por funcionários públicos, composto presentemente por 187 governos membros, cuja influência é proporcional ao valor da contribuição accionista de cada governo.

Existem várias lições, de ordem analítica e metodológica, bem como práticas e com implicações aplicáveis às políticas públicas. Por razões de espaço, enumeram-se apenas três exemplos.

Uma primeira lição de natureza epistemológica diz respeito à leitura e interpretação do PARP. Esta reflexão permite concluir que, em vez de tentar avaliar ou julgar o desempenho do PARP pelos seus resultados, o mais apropriado é considerar os custos da alternativa; ou seja, seguir a sugestão de Taleb (2004, p.22), que considera a ‘história alternativa’ se, por exemplo, os recursos mobilizados fossem aplicados de maneira diferente. Tão pouco, como afirma ainda Taleb (2004, p.22), tem sentido tentar avaliar a qualidade das decisões (e.g. as metas de redução da pobreza) apenas na base dos seus resultados. Um ponto entendido e defendido quando as metas e resultados não são alcançados (como aconteceu com o PARPA 2006-2009) – ‘aqueles que têm sucesso atribuem o seu sucesso à qualidade da sua decisão’ (Taleb 2004, p.22).

Segundo, ‘o PARPA é propriedade de Moçambique’, escreveu Macamo (2006, p.29), referindo-se às avaliações que indicam ‘forte comprometimento com os objetivos da iniciativa’. Sem rodeios e com a frontalidade e coragem que tem caracterizado este sociólogo, Macamo não hesitou em usar a palavra apropriada: hipocrisia. Uma

hipocrisia em torno de um ‘eufemismo diplomático’, no qual o próprio termo ‘diplomático’ está a mais, por ser ele próprio eufemístico, considerando que a hipocrisia se tornou demasiado grosseira para merecer ser considerada diplomática. Este tipo de hipocrisia em torno da propriedade (*ownership*) do PARP, cada vez mais reconhecida publicamente, esconde hipocrisias piores.

Um exemplo concreto tratado no artigo que inspirou este texto diz respeito à questão da propriedade sobre os recursos naturais. A palavra propriedade, em referência aos regimes de propriedade sobre os recursos naturais praticados em Moçambique, nem figura no documento PARP. Isto não surpreende, tendo em conta a posição clara do partido no poder e do seu Governo, em defesa do monopólio estatal sobre a terra e sobre os recursos naturais. O que de algum modo surpreende (mas, de facto, não devia) é ver os doadores serem acusados, pelos críticos antiliberais, de defenderem o liberalismo ou o livre mercado, quando são eles que mais têm pago e financiado o monopólio do Estado Moçambicano sobre os recursos naturais.

Terceiro, quanto ao impacto prático e aplicável às políticas públicas, com destaque para o papel do planeamento. Será que devemos concordar com Easterly (2006, p.5), quando afirma: ‘o plano certo é não ter nenhum plano’? De modo algum. Tal sugestão é, sem dúvida, uma dádiva lamentável e peregrina, oferecida aos defensores do intervencionismo estatal; um testemunho (insuspeito?) vindo de um autor reconhecido como liberal, ao ponto de se ter tornado incómodo no BM, que os críticos do liberalismo consideram ser um dos principais instrumentos do neoliberalismo.

Existem várias alternativas ao intervencionismo público que tem sido apresentado como a melhor ou mesmo única alternativa ao neoliberalismo, caricaturado como representante do *laissez-faire* do liberalismo clássico. Curiosamente, em 1949 Mises (1990, p.1004) respondeu a esta questão, como se estivesse a responder especificamente a Easterly: ‘A alternativa não é ter ou não ter um plano. A questão essencial é: quem deve fazer o plano?’. Outra opção menos substantiva do que a anterior diz respeito à dicotomia entre ‘plano’ versus ‘plano’, no próprio domínio público. A *Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)* (CdM 2007) identifica uma importante e útil diferença e proposta: o GdM devia privilegiar um ‘planeamento para o mercado’, em vez de insistir no ‘planeamento do mercado’.

Vale a pena recordar, no que toca à possibilidade de uma maior *ownership* da sociedade sobre as políticas públicas implementadas em Moçambique, a indiferença manifestada pelo GdM e parceiros directamente envolvidos na preparação do PARPA 2006-2009, a uma proposta de Francisco (2005a; 2005b) para que os PARPAs

passassem a ser usados internamente, à semelhança do que tem acontecido entre Governo e FMI, com instrumento de parceria entre o GdM e os actores nacionais, incluindo representantes do sector produtivo, informal e sociedade civil. A justificação para a indiferença e rejeição desta proposta não deixou margem para dúvidas. Enquanto os doadores têm dinheiro para negociar com o GdM, o que teria a sociedade para negociar com o GdM, com alguma capacidade e poder negocial? Aqui reside um dos legados trágicos, que acima se referiu como ‘toxicodpendência’ da ajuda externa. Ou seja, a maioria dos governantes e técnicos que com eles trabalham acreditam que a produtividade e produção da sociedade moçambicana não têm o valor negocial que o GdM reconhece na ajuda externa.

Existe um último ponto importante a reter, dos comentários anteriores, com interesse principalmente ético. A principal consequência das críticas dos defensores de um intervencionismo alternativo (nem sempre claramente definido e explicitado), às formas de intervencionismo prevalecentes, nos dias de hoje, é não oferecer um código de valores morais. A implicação trágica disso é deixar as pessoas, sobretudo as que lhes prestam atenção e simpatizam com seus argumentos, completamente sem directrizes morais, que oriente as suas acções e as ajude a determinar o propósito e rumo de suas vidas.

Como se destacou na introdução deste texto, uma análise rigorosa da experiência passada de aplicação de diversos modelos de intervencionismo público em Moçambique, tanto no passado remoto como recentemente, justifica a maior das precauções e cuidados, incluindo o exame de qualquer novo intervencionismo, supostamente alternativo e diferente, dos anteriores. Este artigo identifica ideias relevantes no pensamento económico e político liberal, nomeadamente na chamada Escola Austríaca, capazes de apontarem caminhos alternativos aos propostos pelos vários intervencionismos disponíveis, tanto os de inspiração neoclássica e monetarista como os de inspiração marxista.

## PENSAR O FUTURO DE MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, as políticas intervencionistas implementadas, quer no período socializante, quer no período de ajuda internacional e falência crónica do Estado Moçambicano, têm conduzido à servidão, na perspectiva hayekiana; servidão que se manifesta de múltiplas formas, desde o servilismo, clientismo e extorsão imposta pelo Estado aos agentes económicos, até a subserviências e subordinação a que os consumidores são submetidos.

Este artigo identifica importantes consequências sociais, políticas e demográficas do intervencionismo; consequências que só podem ser adequadamente avaliadas e entendidas quando se analisa e compreende os efeitos do sistema intervencionista. Neste contexto, uma análise rigorosa da experiência passada de aplicação de diversos modelos de intervencionismo público em Moçambique, tanto no passado colonial como no período da Independência, justifica a maior das precauções e cuidados, incluindo o exame de qualquer novo intervencionismo, supostamente alternativo e diferente, dos anteriores.

O presente artigo identifica ideias no pensamento económico e político liberal, com incidência na chamada Escola Austríaca, capazes de oferecer caminhos alternativos aos vários intervencionismos prevalecentes, tanto os de inspiração neoclássica e monetarista como os de inspiração marxista-leninista.

Porém, será preciso realizar investigação muito mais aprofundada sobre as raízes, causas, efeitos e consequências do intervencionismo público. Tal investigação é particularmente importante e oportuna porque, em Moçambique, muito pouco tem sido feito, e sobretudo alcançado, em termos de transformação da actual economia cronicamente falida, controlada e informalizada, numa economia livre, progressiva, viável e sustentável. As alternativas ao intervencionismo público, seja ele externo ou interno, só marginal e isoladamente começaram a ser experimentadas em Moçambique. Este facto não é de todo negativo, principalmente se tivermos em conta que as relações de interdependência mais progressivas entre o Estado e a Economia ainda mal começaram a ser experimentadas e implementadas em Moçambique. Neste sentido, existem motivos para acreditar que o futuro poderá ser muito melhor do que foi no passado; contrariamente ao que possa parecer, as alternativas ao intervencionismo continuam por explorar em Moçambique.

A reflexão anterior centrou-se no passado recente e no presente, mas obviamente deve ajudar-nos a pensar sobre o nosso futuro, imediato e de longo prazo. Por isso, adiciona-se esta última secção para orientar as lições e implicações do argumento deste trabalho para uma reflexão sobre o futuro de Moçambique.

Sabemos que o passado não pode ser mudado, mas o futuro pode ser inventado e criado. Não é objectivo desta secção aprofundar este assunto. Apenas se pretende contribuir para um debate mais aberto e amplo, identificando sete questões relevantes, todas elas orientadas para o futuro imediato e de longo prazo. Cada uma das questões é acompanhada de uma breve indicação da sua motivação e algumas sugestões de bibliografia adicional; sugestões indicativas, apenas, escolhidas não tanto porque o autor

deste texto concorde inteiramente com elas, mas por considerá-las relevantes para as questões apresentadas.

1. ***Que tipo de crescimento económico para Moçambique?*** Assumindo, como afirmou recentemente Luísa Diogo (2012), que Moçambique vai ter um crescimento ‘escandalosamente robusto’, nos próximos cinco, dez a vinte anos, uma questão se levanta: que tipo de crescimento será? Diogo adiantou que o grande desafio agora é garantir que o crescimento seja partilhado, mas para não variar do discurso oficial, ignorou que existem diferentes formas de se partilhar a riqueza. E quando assim acontece, é porque o tipo de partilha dos frutos do crescimento considerado está para além do sector produtivo, *ex-post* e meramente assistencialista. Esta é a perspectiva do ‘crescimento inclusivo’, usado no PARP, nos PRSPs e noutras políticas do GdM e seus parceiros internacionais. Leitura adicional: (Brito *et al.* 2011; Ianchovichina & Lundstrom 2009; Kaletsky 2011; Kling & Schulz 2011; Sapir 2007).
2. ***Seremos capazes de transformar o actual Estado Falido num Estado viável e sustentável?*** Uma das mensagens principais deste artigo é que os PARPAs e os PRSPs têm ajudado a salvar Moçambique do Estado Falhado, mas pouco ou nada contribuem para libertar os moçambicanos do Estado Falido. Leitura adicional: (Francisco 2010a; Francisco 2011a; Francisco 2011b; Francisco *et al.* 2010).
3. ***Se existe intervencionismo em Moçambique, o que é uma política governamental não intervencionista?*** Este assunto precisa de ser aprofundado, de forma sistemática e extensiva, visto que este trabalho apenas introduziu o debate sobre a relevância do intervencionismo em Moçambique. Sem pretender retomar o debate aqui, de forma resumida, a partir deste trabalho entende-se por política não intervencionista as acções governamentais destinadas a incentivar, em vez de restringir, as iniciativas individuais e privadas dos legítimos donos dos meios de produção, em prol da supremacia dos consumidores. Apenas três exemplos do que poderiam ser políticas não intervencionistas em Moçambique: 1) A substituição do monopólio estatal sobre a terra por uma política pública em reconhecimento e defesa dos direitos dos legítimos ocupantes da terra, quer por apropriação inicial quer por aquisição através de trocas livres e transparentes entre os donos dos meios de produção; 2) Acções visando eliminar, ou pelo menos reduzir, os actos discricionários, *ad*

*hoc*, populistas e abusivos dos políticos e governantes, com impacto particularmente negativo na produtividade das empresas e dos trabalhadores; 3) Parte significativa da falência da economia moçambicana foi causada pelas políticas administrativas de preços, salários e de juros, implementadas entre 1975-1984. A liberalização destes mecanismos de mercado, desde meados da década de 1980, não foi acompanhada e apoiada por ações institucionais capazes de estabelecer um ambiente de mercado produtivo, concorrencial e inclusivo. Dificilmente a agricultura poderá ser desenvolvida significativamente enquanto prevalecer o tipo de efeitos do intervencionismo governamental; sobre isto ver o recente estudo de Hamela (2012), “O IVA no Sector da Agricultura em Moçambique”. Leitura adicional: (Kaletsky 2011; Kling & Schulz 2011; Mises 2010a; Mises 2010b).

4. ***Estará a Frelimo à altura da sua iniciativa em rever a Constituição da República?*** Se está ou não, brevemente confirmaremos. Confirmaremos, em particular, o sentido e conteúdo do famoso slogan, “Frelimo a Força de Mudança”. Obviamente, ser agente e força de mudança não significa que a mudança seja necessária e inevitavelmente progressiva e em prol do desenvolvimento amplo da sociedade. Por vezes, a mudança é útil e positiva para certos grupos sociais, mas negativa e prejudicial para a sociedade em geral. Neste caso, será interessante observar se a Frelimo irá ser capaz de aproveitar a proposta de revisão da Constituição da República presentemente disponível, da autoria do GDI (Instituto de Apoio à Governança e Desenvolvimento). Curiosamente, uma proposta apresentada pela sociedade civil, em vez das forças partidárias com assento parlamentar? Independentemente das reticências que a proposta de Cistac *et al.* (2011) possa suscitar, presentemente este é o único documento que responde positivamente ao tipo de preocupações expressas por Macamo (2006, p.45) e Francisco (2008): a necessidade de se ‘arriscar’, em vez de ‘risar’, ‘mais democracia’, evitando o rápido envelhecimento (político) de um país ainda jovem. Leitura adicional: (Cistac *et al.* 2011).
5. ***Que terapêutica para a ‘ajuda-dependência’?*** Crescem as expectativas na elite moçambicana de que Moçambique está em vias de se tornar, em breve, num país muito rico. O que precisa o Estado Moçambicano de fazer para que o GdM não se converta de ‘pedinte de ajuda internacional’ num novo ‘milionário’ convencido de que ganhou o ‘euro milhões’? Leitura adicional: (Moyo 2010; Sen 2003).

6. **Moçambique é diferente? Desta vez será diferente?** Por enquanto, ainda são poucas as evidências de que a recente crise da dívida soberana internacional, tanto na Zona Euro como nos Estados Unidos, esteja a inspirar os governantes moçambicanos e seus parceiros a olharem de forma diferente para a dívida pública de Moçambique. A crise financeira internacional, brilhantemente explicada por Reinhart & Rogoff (2009a), no livro *This Time is Different*, tem sido mal interpretada e usada, ao passar a ideia de que em Moçambique “Desta vez foi diferente” (Lledó 2010, p.36) Leitura adicional: (Newitt 1997; Reinhart & Rogoff 2009b; Vletter *et al.* 2009).
7. **Como dar sentido às nossas vidas nas próximas décadas?** Esta questão inspira-se no livro *O Medo da Insignificância: Como dar sentido às nossas vidas no Século XXI* (Strenger 2012). É um debate indispensável, num país como Moçambique, marcado por práticas como: linchamentos, tráfico de pessoas e de órgão humanos; cinismo e humilhação; insegurança pública; extorsão dos direitos individuais; intimidação de vários tipos. Enfim, uma ética trágica, porque as pessoas carecem de um código de valores éticos, que lhes permita definir os seus propósitos e rumos nas suas vidas. Leitura adicional: (Brito *et al.* 2009; Constantino 2009; Francisco 2010a; Sedlacek 2011).

## REFERÊNCIAS

- Abrahamsson, H. & Nilsson, A., 1994. *Moçambique em Transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*, Maputo: Padrign & CEEI-ISRI.
- Abrahamsson, H. & Nilsson, A., 1997. “*The Washington Consensus*” e *Moçambique* 2a ed., Maputo: Padrign & CEEI-ISRI.
- Ames, B., Bhatt, G. & Plant, M., 2002. Taking Stock of Poverty Reduction Efforts. *Finance and Development | F&D*. Disponível em: [www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2002/06/ames.htm](http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2002/06/ames.htm) [Acedido March 28, 2012].
- Assembleia da República, 2004. *Constituição, assin. em 16 de Novembro de 2004. BR nº 051, I Série, de 22 de Dezembro de 2004, pág. 543 a 573.*, Disponível em: [www.atneia.com](http://www.atneia.com) [Acedido January 23, 2012].
- Bauer, P., 1993. Development Aid: End It or Mend It, Occasional Papers No 43. Disponível em: [pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PNABS408.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABS408.pdf).

- Bauer, P. & Basil Yamey, 1982. *Foreign aid: what is at stake?*, Public Interest. Disponível em: [www.relooney.info/BauerYameyAid.pdf](http://www.relooney.info/BauerYameyAid.pdf) [Acedido April 7, 2012].
- Brito, L. de et al. eds., 2009. *Desafios para Moçambique 2010*. 1a ed., Maputo: IESE. Disponível em: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz).
- Brito, L. de et al. eds., 2011. *Desafios para Moçambique 2011* 1a ed., Maputo: IESE. Disponível em: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz).
- Cardoso, C., 2000a. Ecos de Paris. *Metical*, No. 760, pp.2–3.
- Cardoso, C., 2000b. Editorial: O PARPA e os Frankensteins. *Metical*, No. 760, p.6.
- Castel-Branco, C.N., 1999. FMI, ESAF e Desenvolvimento: Reflexões Críticas. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/?\\_\\_target\\_\\_=investigator&investigatorid=1](http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigator&investigatorid=1).
- Castel-Branco, C.N., 2011. Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership - contribuição para um debate de economia política. *Cadernos IESE*, 7(Março). Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/?\\_\\_target\\_\\_=investigator&investigatorid=1](http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigator&investigatorid=1).
- Castel-Branco, C.N., 2012. PARP 2011–2014: Contradições, Tensões e Dilemas. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.
- Castel-Branco, C.N. & Mandlate, O., 2012. Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: O que pode o PARP utilizar da análise do modo de acumulação em Moçambique. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.
- Castel-Branco, C.N. & Ossemame, R., 2012. Política Monetária e Redução da Pobreza em Moçambique: Discussão Crítica. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.
- Chomsky, N., 2002. *Noam Chomsky: Duas Horas de Lucidez*. D. Robert & W. Zarachowicz, eds., Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Cistac, G. et al., 2011. *Proposta de Revisão Constitucional para Boa Governação* 1a ed., Maputo: GDI - Instituto de Apoio à Governação e Desenvolvimento.
- CdM, 1999. *Linhas de Acção para Erradicação da Pobreza Absoluta*, Maputo: Conselho de Ministros (CdM), Governo de Moçambique.
- CdM, 2007. *Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)*, Maputo: Conselho de Ministros (CdM), Governo de Moçambique. Disponível em: [www.portaldogoverno.gov.mz/search?SearchableText=estrat%C3%A9gia](http://www.portaldogoverno.gov.mz/search?SearchableText=estrat%C3%A9gia).
- Collier, P., 2009. Dead Aid, By Dambisa Moyo: Time to turn off the aid tap? *The Independent*. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/arts-entertainment/books/reviews/dead-aid-by-dambisa-moyo-1519875.html> [Acedido April 12, 2012].

- Constantino, R., 2009. *Economia do Indivíduo - O legado da Escola Austríaca* 1a ed., São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Product.aspx?product=10> [Acedido June 25, 2012].
- Couto, M., 2003. *O País do Queixa Andar* 1a ed., Maputo: CIEDIMA, SARL.
- Diogo, L., 2012. Apesar do Crescimento Partilha de Ganhos Continuará Principal Desafio. *Noticias.sapo.mz*. Disponível em: <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/407011032012141119.html>.
- Diogo, L.D. & Maleiane, A.A., 2000. Memorandum of Economic and Financial Policies of the Government of Mozambique for 2000–01. *International Monetary Fund*. Disponível em: [www.imf.org/external/np/loi/2000/moz/02/](http://www.imf.org/external/np/loi/2000/moz/02/).
- Easterly, W., 2006. *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done so Much Ill and So Little Good* 1ª ed., Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <http://ukcatalogue.oup.com/product/9780199226115.do> [Acedido April 3, 2012].
- Fonseca, R.A. da, 2006. Peter Bauer e as variáveis do crescimento económico das economias subdesenvolvidas. Disponível em: <http://oinsurgente.blogspot.pt/2006/03/peter-bauer-e-as-variveis-do.html>.
- Francisco, A., 2002. Evolução da Economia de Moçambique da Colónia à Transição para a Economia de Mercado. In C. Rolim *et al.*, eds. *A Economia Moçambicana Contemporânea - Ensaios*. Maputo: Gabinete de Estudos, Ministério do Plano de Finanças, pp. 15–43.
- Francisco, A., 2005a. Desenvolvimento da Metodologia para o PARPA II: Questões de Conteúdo - Documento para debate. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/?\\_\\_target\\_\\_=investigator&investigatorid=8](http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigator&investigatorid=8).
- Francisco, A., 2005b. Preparação da Metodologia do PARPA II: Papel e Funções do PARPA no Sistema de Planeamento - Documento para debate. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/?\\_\\_target\\_\\_=investigator&investigatorid=8](http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigator&investigatorid=8).
- Francisco, A., 2005c. Recensão crítica do livro *A Economia Política do Orçamento em Moçambique*, Tony Hodges e Roberto Tibana. *CODESRLA, Revista Africana de Livros*, Special Issue, pp.13–14.
- Francisco, A., 2008. Sem Surpresas: Abstenção Continua Maior Força Política na Reserva em Moçambique... Até Quando? *IDeLAS*, Boletim N° 6. Disponível em: [www.iese.ac.mz/lib/publi-cation/outras/ideias/ideias\\_32.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publi-cation/outras/ideias/ideias_32.pdf).

- Francisco, A., 2009. A Relatividade da Pobreza Absoluta e Segurança Social em Moçambique. *IDeIAS*, Boletim N° 26. Disponível em: [www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias\\_32.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf).
- Francisco, A., 2010a. Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas não Falhado. In L. de Brito *et al.*, eds. *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Expectativas para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37–95. Disponível em: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz).
- Francisco, A., 2010b. Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas não Falhado. In L. de Brito *et al.*, eds. *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Expectativas para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37–95. Disponível em: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz).
- Francisco, A., 2010c. Pobreza em Moçambique Põe Governo e seus Parceiros entre a Espada e a Parede. *Ideias*, Boletim N° 31. Disponível em: [www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias\\_32.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_32.pdf).
- Francisco, A., 2011a. A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, 49(1), pp.5–35.
- Francisco, A., 2011b. Ter Muitos Filhos, Principal Forma de Protecção Social numa Transição Demográfica Incipiente. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 231–282. Disponível em: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz).
- Francisco, A., 2012. Por que o PARP Existe em Moçambique? – Versão completa do artigo publicado no Semanário Canal de Moçambique. *Canal de Moçambique*, pp. Parte 1 (pp. 16–18); Parte 2 (pp. 18–23).
- Francisco, A., Ali, R. & Ibraimo, Y., 2010. Financial versus Demographic Social Protection in Mozambique. *Poverty in Focus: Long-Term Social Protection for Inclusive Growth*, 22(November), pp.10–12.
- Francisco, A., Ali, R. & Ibraimo, Y., 2011. Protecção Social Financeira e Demográfica. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 283–331. Disponível em: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz).
- Francisco, A. & Matter, K., 2007. *Poverty Observatory in Mozambique – Final report*, Maputo: Commissioned Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC). Disponível em: <http://www.gersterconsulting.ch/docs/Mozambique-Poverty-Report.pdf>.
- GdM, 2001. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP)*, Ministério do Plano e Finanças (MPF), Governo de Moçambique (GdM). Disponível em: [www.mpd.gov.mz/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt](http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt).

- GdM, 2006. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARPA) 2006–2009*, Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Governo de Moçambique (GdM). Disponível em: [www.mpd.gov.mz/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt](http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt).
- GdM, 2011a. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011–2014*, Maputo: Governo de Moçambique (GdM). Disponível em: [www.mpd.gov.mz/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt](http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt).
- GdM, 2011b. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011–2014*, Maputo: Governo de Moçambique (GdM). Disponível em: [www.mpd.gov.mz/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt](http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt).
- Goldsbrough, D. et al., 2004. *Evaluation of the IMF's Role in Poverty Reduction Strategy Papers and the Poverty Reduction and Growth Facility*, Washington, D.C.: International Monetary Fund, Independent Evaluation Office. Disponível em: [www.imf.org/external/np/ieo/2004/prsp/prgrf/eng/report.pdf](http://www.imf.org/external/np/ieo/2004/prsp/prgrf/eng/report.pdf) [Acedido April 15, 2012].
- Hamela, H., 2012. *O IVA no Sector da Agricultura em Moçambique.*, Maputo. Disponível em: <http://www.speed-program.com/taxation-in-the-agricultural-sector-in-mozambique>.
- Hanlon, J., 1997. *Paz Sem Benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique* 1a ed., Maputo: Centro de Estudos Africanos.
- Hayek, F.A. von, 1990. *O Caminho da Servidão* 5a ed., Rio de Janeiro: Instituto Liberal e OrdemLivre.org.
- Hodges, T. & Tibana, R., 2005. *A Economia Política do Orçamento em Moçambique* 1a ed., Lisboa: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Hoppe, H.-H., 2011. Of Private, Common, and Public Property and the Rationale for Total Privatization. *Libertarian Papers*, 3(Art. No. 1), pp.1–13.
- Ianchovichina, E. & Lundstrom, S., 2009. What is Inclusive Growth? *The World Bank*. Disponível em: <http://go.worldbank.org/LG5Z4L6LR0>.
- Ibraimo, Y., 2012. Reflexões sobre Emprego e Redução da Pobreza no PARP – Desafios para uma Abordagem Alternativa. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.
- IMF, 1999a. *Poverty Reduction Strategy Papers--Operational Issues*, International Monetary Fund. Disponível em: [www.imf.org/external/np/pdr/prsp/poverty1.htm](http://www.imf.org/external/np/pdr/prsp/poverty1.htm).

- IMF, 1999b. The IMF's Enhanced Structural Adjustment Facility (ESAF): Is It Working? *International Monetary Fund*. Disponível em: [www.imf.org/external/pubs/ft/esaf/exr/index.htm](http://www.imf.org/external/pubs/ft/esaf/exr/index.htm).
- IMF, 2000. *Republic of Mozambique, Interim Poverty Reduction Strategy Paper*, International Monetary Fund. Disponível em: [www.imf.org/external/NP/prsp/2000/moz/01/INDEX.HTM](http://www.imf.org/external/NP/prsp/2000/moz/01/INDEX.HTM).
- IMF, 2003. Avaliação dos Planos Estratégicos de Redução da Pobreza e do Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento. Disponível em: [www.ieo-imf.org/ieo/files/issuespapers/013103P.pdf](http://www.ieo-imf.org/ieo/files/issuespapers/013103P.pdf).
- IMF, 2011a. FactShett: Poverty Reduction Strategy Papers (PRSP). *International Monetary Fund*. Disponível em: [www.imf.org/external/np/exr/facts/prsp.htm](http://www.imf.org/external/np/exr/facts/prsp.htm).
- IMF, 2011b. Poverty Reduction Strategy Paper. Disponível em: [www.imf.org/external/NP/prsp/2000/moz/01/INDEX.HTM](http://www.imf.org/external/NP/prsp/2000/moz/01/INDEX.HTM).
- IMF, 2011c. *Relatório do Corpo Técnico sobre a Consulta no Âmbito do Artigo IV de 2011, Segunda Avaliação ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação dos Critérios de Desempenho*, International Monetary Fund.
- Kaletsky, A., 2011. *Capitalismo 4.0: O Nascimento de Uma Nova Economia.*, Lisboa: Alêtheia Editores.
- Kanitz, S., 2002. O FMI. *Stephen Kanitz*.
- Kling, A. & Schulz, N., 2011. *Invisible Wealth: The hidden story of how markets work*, New York: Encounter Books.
- Krugman, P., 2012. *End This Depression Now!* 1st ed., W. W. Norton & Company.
- Lledó, V., 2010. Resiliência e Riscos Perspectivas Económicas Regionais para África Subsariana - PowerPoint - REO - Portuguese Version (final).pptx.
- Macamo, E., 2006. *Um País Cheio de Soluções* 1a ed., Maputo: Produções Lua.
- MF, 2008. *Relatório Anual sobre a Dívida Pública 2007*, Maputo: Ministério das Finanças.
- MF, 2010. *Relatório sobre Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública de Moçambique*, Maputo: Ministério das Finanças. Disponível em: [www.mf.gov.mz](http://www.mf.gov.mz).
- Mises, L. von, 1990. *Ação Humana: um Tratado de Economia* 3a ed., Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- Mises, L. von, 2010a. *Intervencionismo, Uma Análise Económica* 2a ed., São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Mises, L. von, 2010b. *Uma Crítica ao Intervencionismo* 2a ed., São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.

- Moyo, D., 2010. *Dead Aid: Why aid is not working and how there is another way for Africa*, New York: Penguin Books. Disponível em: <http://www.dambisamoyo.com/books/?book=dead-aid> [Acedido July 4, 2011].
- MPF, 2000. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004)* Ministério do Plano e Finanças (MPF)., Maputo: Promédia.
- Muianga, C., 2012. Desafios de Desenvolvimento da Base Produtiva. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.
- Newitt, M., 1997. *História de Moçambique*, Mira-Sintra: Publicações Europa-América.
- Oppenheimer, F., 1908. *The State: Its History and Development Viewed Sociologically*, Disponível em: <http://mises.org/document/4970/The-State-Its-History-and-Development-Viewed-Sociologically>.
- Pavia, J.F., 2000. *Economia Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods* 1ª ed., Lisboa: Vega Editora.
- Reinhart, C.M. & Rogoff, K., 2009. *This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly* 1st ed., Princeton University Press.
- Sachs, J., 2005. *O Fim da Pobreza: Como consegui-lo na nossa geração* 1a ed., Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- Sachs, J., 2006. Development goals a matter of life or death - News - Mail & Guardian Online. Disponível em: <http://mg.co.za/article/2006-06-28-development-goals-a-matter-of-life-or-death> [Acedido April 23, 2012].
- Sande, Z., 2011. “7 Milhões’ - Revisão do Debate e Desafios para Diversificação da Base Produtiva’. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 207–228. Disponível em: [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz).
- Sapir, J., 2007. *Que Economia para o Século XXI?*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Sedlacek, T., 2011. *Economics of Good and Evil: The Quest for Economic Meaning from Gilgamesh to Wall Street*, Oxford University Press, USA.
- Sen, A., 2003. *O Desenvolvimento como Liberdade* 1a ed., Lisboa: Grávida.
- Serra, A.M., de Almeida, 2004. Parte C-1: A questão da dívida externa. *Universidade Técnica de Lisboa*. Disponível em: <http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/dcipedcap8.htm>.
- Shikwati, J., 2005. For God’s Sake, Please Stop the Aid! *Spiegel Online*. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/spiegel/0,1518,363663,00.html> [Acedido April 12, 2012].
- Shleifer, A., 2009. Peter Bauer and the Failure of Foreign Aid. *Cato Journal*, 29(3), pp.379–390.

- Stiglitz, J.E., 2002. *Globalization and Its Discontents* 1st ed., London: Allen Lane.
- Strenger, C., 2012. *O Medo da Insignificância: Com Dar Sentido às Nossas Vidas no Século XXI* 1a ed., Alfragide: Lua de Papel.
- Sugahara, G.T.L. & Francisco, A., 2012. Idosos em Moçambique: Romper a Conspiração do Silêncio. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.
- Taleb, N.N., 2004. *Fooled by Randomness: the Hidden Role of Change in Life and in the Markets*. Penguin Books., London.
- Todaro, M.P., 2000. *Economic Development* 7a ed., Harlow, England: Addison-Wesley. Disponível em: <http://www.abebooks.com/products/isbn/9780201441307> [Acedido April 7, 2012].
- UN, 2000. 55/2. United Nations Millennium Declaration. Disponível em: [www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm](http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm).
- Vieira, S., 2011. Sobre a Privatização da Terra. *Semanário Domingo*, p.14.
- Vletter, F. de, Lauchande, C. & Infante, E., 2009. FinScope Mozambique Survey 2009 –Survey Report.
- Woodhouse, P., 2012. Agricultura, Pobreza e a Receita do PARP. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: no prelo.